



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Humanas – IH

Departamento de Serviço Social – SER

**O processo de Adoção no Distrito Federal e os atores sociais
envolvidos.**

Brasília (DF), março de 2013.

Karina Isabel Vieira de Almeida

O processo de Adoção no Distrito Federal e os atores sociais envolvidos.

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social na Universidade de Brasília para obtenção do diploma de graduação em Serviço Social, sob a orientação da Prof. Marlene Santos.

Brasília (DF), Março de 2013.

Monografia submetida ao corpo docente da Universidade de Brasília- UnB, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Banca examinadora:

Prof^a. Marlene Santos

Orientadora

(Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília- SER/IH/UnB)

Prof^a. Dr^a. Karen Santana de Almeida

(Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília- SER/IH/UnB)

(Membro Interno)

Prof^a Dr^a Ângela Vieira Neves

(Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília- SER/IH/UnB)

(Membro Interno)

Brasília(DF), Março de 2013.

Dedico esta monografia aos meus amados pais, Katia Vieira e Rubens Almeida.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus por todas as oportunidades e por ser a minha fonte de sabedoria e fé.

À minha orientadora, Marlene Santos, pelo comprometimento, atenção, reflexão, ensinamentos e críticas construtivas.

Aos professores e membros da banca, pela disponibilidade e contribuições na minha vida acadêmica.

Aos profissionais do Aconchego, onde a pesquisa foi realizada, por terem me acolhido de forma amorosa e terem se disponibilizado para a efetivação desta monografia.

Aos meus pais, por sempre terem me proporcionado alegrias e me transformado no que sou hoje. Agradeço também a todos os conselhos e todo o amor que sempre recebi de vocês. Amo muito vocês!

À minha família pelo incentivo em vencer esta batalha e por todo o amor proporcionado por vocês.

À minha prima- irmã Jade Oliveira, pelo amor, carinho, paciência, amizade e companheirismo.

A Leonardo Pereira, pela paciência, disponibilidade, amor, carinho e companheirismo.

À minha grande e amada amiga, Camila Torres pelo companheirismo, disponibilidade, atenção, carinho, amor, amizade e acima de tudo pela nossa grata união.

Às minhas amigas Ana Karina Gregório, Michelle Santos, Natalia Aquino e Fernanda Rizzon pela amizade, amor, apoio e carinho proporcionados pelo nosso inesquecível encontro na UnB.

A minha amiga Bárbara Parente, por ter dividido angústias, medos, ansiedade, esperança, fé e apoio em relação à elaboração da monografia.

Aos professores e a Universidade de Brasília por terem me proporcionado ensinamentos que levarei para o resto da vida, por me concederem o senso crítico e me incentivarem a buscar mudanças na sociedade em que vivemos por meio do Serviço Social.

Resumo

A adoção é um procedimento legal que consiste em transferir todos os direitos e deveres de pais biológicos para uma família substituta, conferindo para crianças e adolescentes todos os direitos e deveres de filho. Esta é regulamentada pelo Código Civil e pelo ECA. Dentre os diversos tipos de adoção, tem-se a adoção tardia que é considerada a adoção de crianças maiores de dois anos que se encontram institucionalizadas possuindo um histórico de abandono por parte dos pais ou do Estado. Esta monografia tem como objetivo compreender o processo de adoção no Distrito Federal e os atores sociais envolvidos neste. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, analisando os atores sociais envolvidos neste processo e a função que a Organização Aconchego tem neste. Os resultados apontam que o Estado por diversas vezes esteve omissos em relação a institucionalização de crianças e adolescentes, deixando estes nas mãos de organizações não governamentais.

Palavras – chaves: Adoção; Adoção Tardia; Terceiro Setor.

Lista de Abreviaturas

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

VIJ- Vara da Infância e Juventude

ONU- Organização das Nações Unidas

FEBEM- Fundação Estadual do Bem-estar do Menor

CNA- Cadastro Nacional de Adoção

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome

CNMP- Conselho Nacional do Ministério

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1 - Contextualização Histórica da legislação sobre adoção no Brasil	13
Capítulo 2 – Institucionalização e Adoção	23
2.1 A origem dos Abrigos e sua influência na atualidade	24
2.2 Adoção de Crianças Maiores e Adolescentes	31
Capítulo 3- A adoção no Distrito Federal	37
3.1 A Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal.....	37
3.2 Os atores sociais no processo de adoção.....	38
3.3 O processo de adoção.....	42
3.4 Os tipos de adoção.....	43
3.5 Aconchego: grupo de convivência familiar e comunitária.....	46
3.6 Desresponsabilização do Estado e o Terceiro Setor.....	50
3.7 Análise da instituição Aconchego no processo de adoção no DF.....	51
Considerações Finais.....	53
Referências Bibliográficas.....	54

Introdução

A adoção é praticada desde tempos remotos antes de Cristo até os tempos atuais de acordo com a literatura. Porém, esta adquire significados diferentes com o passar das décadas e de acordo com a cultura local. No Brasil, a prática da adoção passou a ser percebida somente em 1916 com o Código Civil, mas como forma de amenizar o sofrimento de casais que perderam seu filho ou não podiam obtê-los.

Com a homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, a adoção adquiriu características diferentes. Esta passou a ser uma medida irrevogável e excepcional. Também se tornou uma forma de diminuir a quantidade de crianças institucionalizadas, ou seja, crianças e adolescentes em situação de abrigamento. Porém de acordo com estudos e estatísticas a realidade ainda é diferente do que o proposto no estatuto.

O abrigo invés de ser uma medida provisória e de proteção como instituído pelo ECA, passa a ser uma medida definitiva e que viola o direito a convivência familiar e comunitária de muitas crianças e adolescentes. Desta forma, várias crianças e adolescentes crescem dentro destes espaços com a ausência da figura familiar. Muitos por demora no processo de destituição do poder familiar ou por abandono. Esta violação ao direito à convivência familiar fere ao que é imposto no ECA:

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes (Art.19).

Considerada como a última forma de inserção no âmbito familiar para a efetivação do direito à convivência familiar, a adoção tardia, adoção de crianças maiores de dois anos, é considerada uma expressão da questão social, reflexo do sistema que vivemos permeado por preconceitos e mitos referentes a adoções destas crianças “esquecidas” pelo Estado. No ano de 2010, foi publicado pelo Jornal Correio Brasiliense que as adoções caíram 32% de 2008 para 2009, e no DF, há 427 candidatos na fila para adotar uma criança, mas boa parte deles querem recém-nascidos, enquanto a maioria dos meninos e das meninas cadastrados são consideradas “idasas”.

Segundo recente pesquisa divulgada pelo Cadastro Nacional da Adoção do Conselho Nacional de Justiça, dos 28 mil interessados no Brasil em adotar, 58% pretendem crianças

com até 3 anos. Ao mesmo tempo, nos serviços de acolhimento, mais de 75% das 5 mil crianças e adolescentes aptas para adoção têm entre 10 e 17 anos.

O preconceito em adotar crianças maiores de dois anos é algo enraizado na cultura brasileira que dissemina mitos e dificuldades em educar e criar crianças que ora já foram institucionalizada.

Desta forma, repensar a questão do abandono e da adoção de crianças e adolescentes hoje, significa re-significar valores, desmistificar crenças limitantes e reconsiderar, acima de tudo, o interesse da criança e do adolescente, conforme prescreve o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Diante de tais especificidades, a proposta inicial deste trabalho de conclusão de curso foi entender o processo de adoção no Distrito Federal e analisar os atores sociais envolvidos dentro deste processo.

O interesse pela temática abordada na presente monografia surgiu na trajetória acadêmica desta aluna, ao analisar a falta de explicações sobre o tema adoção no curso de Serviço Social da Universidade de Brasília e ao constatar a precária quantidade de estudos publicados pelo Serviço Social no Brasil.

Deste modo, os objetivos que guiaram esta monografia documental foram os seguintes: Compreender o processo de adoção no Distrito Federal; Analisar quais os trabalhos desenvolvidos em relação à Adoção pelos profissionais da Organização Aconchego: convivência familiar e comunitária; verificar qual o papel da Organização Aconchego no processo da adoção no Distrito Federal.

O presente trabalho foi dividido em três partes. O primeiro capítulo apresenta uma contextualização histórica da legislação sobre adoção no Brasil.

O segundo capítulo abrange o seguinte conteúdo: Institucionalização e adoção; A origem dos Abrigos e sua influência na atualidade; Adoção de crianças maiores e adolescentes.

O terceiro e último capítulo refere-se ao processo de adoção e o papel da organização aconchego. Esse está dividido da seguinte forma: A Vara de Infância e Juventude do Distrito Federal; Os atores sociais no processo de adoção; O processo da adoção; Os tipos de Adoção;

Aconchego: Grupo de Apoio à Convivência Familiar e Comunitária; Desresponsabilização do Estado e o Terceiro Setor; Análise da instituição Aconchego no processo de adoção no DF.

Capítulo I

Contextualização Histórica da legislação sobre adoção no Brasil.

A adoção é considerada uma prática milenar. Conhecida desde a antiguidade entre os egípcios, hebreus e romanos, possui hoje características distintas da sua origem que possuía finalidade religiosa, baseada na perpetuação do culto dos antepassados. Como revela Silvio Rodrigues (1993), a prática da adoção era a última alternativa para evitar a desgraça representada pela morte sem descendentes. Surge como alternativa para que uma família sem descendência masculina possa dar continuidade a sua linhagem e, sobretudo para que o culto dos ancestrais siga seu caminho considerado como normal nesse período. Depois, a adoção passa a ter o papel de transmitir ao adotado o patrimônio do adotante.

A história comprova que o tema da adoção está conexo aos padrões culturais de cada época e de cada sociedade. O Código de Hamurabi é considerado a primeira codificação jurídica da humanidade e já trazia em seu conteúdo dispositivos relacionados à prática da adoção. (GRANATO, 2003). O Código descreve três tipos de adoção: a) com instituição de herdeiro; b) sem instituição de herdeiro; c) provisória. Expõe em seus artigos que se alguém dá seu nome a uma criança e a cria como filho, este não poderá mais ser reivindicado; Se o filho adotado se revolta contra seu pai adotivo e sua mãe, esse deverá voltar à sua casa paterna; Se um operário pega para criar um menino e lhe ensina o seu serviço, este não pode mais ser reclamado, porém, se ele não lhe ensinou o seu ofício, o adotado pode voltar à sua casa paterna; Se alguém não considera entre seus filhos aquele que tomou e criou como filho, o adotado pode voltar à sua casa paterna; Se alguém que criou um menino como seu filho, põe em sua casa e tem filhos e quer renunciar o adotado, o filho adotivo não deverá ir embora. O pai adotivo lhe deverá dar do próximo patrimônio um terço da sua quota de filho e então ele deverá afastasse, no entanto, em relação ao campo, o horto e a casa não deverá dar-lhe nada; Se o filho de um dissoluto ou de uma meretriz diz a seu pais adotivos: "tu não és meu pai ou minha mãe", precisará cortar-lhe a língua; Se o filho se afasta dos pais adotivos e volta à sua casa paterna, deverão arrancar-lhe os olhos.

Não só o código demonstra registros sobre a adoção, além deste temos as Leis de Manu ou Código de Manu que foi inventado em torno de 1500 anos a.C, a qual estabelecia

requisitos prévios à adoção, uma vez que exigiam do adotado a observância das cerimônias religiosas e o mal que esse poderia cometer com a sua omissão.

No Brasil, o primeiro dispositivo legal responsável pela sistematização da adoção foi o Código Civil de 1916, no qual Fonseca (2002) afirma que a posse da criança era regulamentada em cartório da mesma forma que regulamentavam bens e imóveis. O Código modificou o conceito de posse dos filhos por proteção à pessoa dos filhos; disciplinou os institutos da adoção e do pátrio poder¹; admitiu o reconhecimento da filiação natural a qualquer momento; na falta de impedimento do pai, assegurou o exercício do pátrio poder à mãe legítima, em certas condições; e permitiu a possibilidade da ação de investigação de paternidade (SIMÕES, 2011).

Essas mudanças foram de grande impacto, mas não eram acessíveis à população pobre sem condições de acesso ao Judiciário. De acordo com o autor do projeto do Código Civil, Clóvis Beviláqua, a adoção era considerada como um ato civil pelo qual alguém aceita um estranho/alheio como um filho. Naquela época, esse não era um modo considerado *normal* de constituir uma família, mas um meio alternativo de ter filhos. De modo conclusivo, Rubens Limongi França destacou que o Código era de caráter rígido e fechado, de modo a estabelecer verdadeiros entraves e obstáculos para a adoção, e a reduzida resolução de sua prática. Isso se exemplifica no caráter excludente do Código que torna a adoção disponível somente para maiores de 50 anos que não possuíam prole legítima e que entre o adotante e o adotado houvesse uma diferença de dezoito anos de idade. A adoção era uma prática revogável e o adotado não rompia vínculos com a sua família de origem.

Em 1957, o Código Civil é alterado pela Lei nº3.133. A nova lei faz com que a adoção passe a ter uma finalidade assistencial, priorizando o bem-estar da criança. A idade mínima para adotar se modifica para 30 anos e o adotante pode agora ter proles legítimos, a diferença etária entre o adotante e adotado passa a ser dezesseis anos. Estabelece o tempo de cinco anos após o casamento para adotar. Dispõe sobre o consentimento, o direito ao nome do adotado, a proibição da sucessão hereditária e a dissolução do vínculo da adoção (ALBERGARIA, 1996).

Em 1965, entra em vigor a lei nº4.655/65 que é considerada um marco na legislação brasileira por vincular adoção e legitimação:

O art. 1º prevê a legitimação adotiva para o menor abandonado e fixa a sua idade mínima em 7 anos; o § 2º dificulta a legitimação adotiva, que seria deferida após o período mínimo de três anos; o art. 2º dispõe sobre o adotante: o casal, com patrimônio de mais de 5 anos, e um dos cônjuges com mais de 30 anos; o art. 3º prevê a legitimação do viúvo com mais de 35 anos e integração do menor, durante mais de 5 anos; o art. 4º inclui os cônjuges desquitados; o art. 7º estabelece a irrevogabilidade da adoção; o art. 9º e 10 dispõem sobre os efeitos da legitimação adotiva, mas o art. 9º excetua a sucessão hereditária, se o adotado concorrer com filho legítimo ou superveniente; o art. 10 prevê a modificação do prenome do legitimado (ALBERGARIA, 1996).

Essa torna a adoção uma prática *irrevogável*, dando direitos hereditários ao filho adotivo e encerrando vínculos com a família de origem. Enfim, o processo da adoção passa a ser realizado por meio de decisão judicial. Todavia, só eram beneficiados com a legitimação adotiva os menores de sete anos. Desta forma, a adoção de maiores de sete anos já se tornava esquecida e excluída, por serem consideradas crianças com maior dificuldade de adaptação com a nova família e terem costumes e educação advindas das instituições de abrigo, fazendo que esses ficassem a mercê de orfanatos.

O Código de menores, instituído pela Lei 6.697/79 realizou notável avanço na legislação sobre adoção. Apesar de não extinguir o Código Civil, passa a destacar a importância do interesse do *menor* para a justiça. Deste modo, a menoridade passa a ser uma preocupação do Estado brasileiro no que diz respeito à adoção (ABREU, 2002).

O novo Código trouxe consigo princípios advindos da Lei 4.655/65, que institucionalizou a *legitimação* adotiva, dividindo a adoção moderna em duas modalidades: a adoção simples e a adoção plena. A primeira destinava-se aos menores até dezoito anos em situação irregular (art. 2º e 27). Estava sujeita a autorização judicial e o interessado indicava os apelidos de família que seriam usados pelo adotado, aos quais, se deferida a adoção, deveriam constar do alvará e da escritura, para averbação no registro de nascimento do *menor* (art. 28). Exigia-se estágio de convivência com o *menor*, por prazo estabelecido pela autoridade judiciária, de acordo com a idade do adotando e outras circunstâncias do caso concreto. O estágio poderia ser rejeitado se o adotado tivesse menos de um ano.

A segunda, adoção plena, concedia a condição de filho ao adotado. Rompiam-se os vínculos com pais e parentes, salvo impedimentos matrimoniais (art. 29). Esse recebia os direitos sucessórios ante o adotante. A adoção era irrevogável. Só poderia ser adotado menor de até sete anos de idade, em situação irregular, não eventual, ou com idade de até sete anos,

se antes dos sete anos de idade estivesse sob a guarda dos adotantes. Os adotantes deveriam ser casados há mais de cinco anos.

Houve, com decisões dos tribunais, controvérsias a esse requisito. Pelo parágrafo único do art. 32, dispensava-se o prazo de cinco anos se provada a esterilidade de um dos cônjuges e a estabilidade conjugal. Pelo art. 33, autorizava-se a adoção plena ao viúvo ou à viúva, provado que o menor estava integrado em seu lar, onde tenha iniciado estágio de convivência de três anos ainda em vida do outro cônjuge. O art. 34 possibilitava que os cônjuges separados judicialmente, havendo começado o estágio de convivência de três anos na Constancia da sociedade conjugal, requeressem a adoção plena, se estabelecessem a respeito da guarda do menor após a separação judicial (SILVA FILHO, 1997).

Apesar de o referido Código avançar no que diz respeito à adoção de crianças com mais de sete anos de idade, define tratamento desigual para elas (GUEIROS, 2007). Esse é de caráter não universalista, porque é restrito ao *menor* em situação irregular (SIMÕES, 2011). Possuía um caráter discriminatório, que associava a pobreza à infração e mascarava as reais causas das dificuldades vividas por esse público, tais como a desigualdade de renda e a falta de alternativas de vida. As crianças em situação de vulnerabilidade social eram consideradas inferiores e deveriam ser tuteladas pelo Estado.

Propagava-se a idéia de que os mais pobres tinham um comportamento desviante e uma certa “tendência natural à desordem”, não podendo se adaptar à vida em sociedade. Isso justificava, por exemplo, o uso dos aparelhos repressivos como instrumentos de controle pelo Estado. Os meninos e meninas que pertenciam à esse segmento da população, considerados *irregulares* ou *abandonados* eram, na verdade, vítimas da falta de proteção.

Na década de 80, a partir de uma mobilização social nacional com um novo pensamento de sociedade cria-se o Fórum Nacional de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA). Esse movimento recolheu mais de seis milhões de assinaturas para garantir a criação de um artigo que instituísse os direitos humanos das crianças na *Constituição Federal de 1988*.

Contudo, a Constituição se antecipou e instituiu:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Art.227).

Devido a toda essa mobilização, em 1990, entra em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente. São revogadas as leis anteriores, inclusive o *Código de Menores* de 1979. Extingue-se a situação anterior e de proteção ao menor em situação irregular, para se estender a toda e qualquer criança e adolescente que se encontre em situação de *desamparo*.

Os princípios institucionais que serviram de exemplo para o ECA, tiveram como referência o direito internacional, principalmente, entre outras, nas seguintes normas da ONU: Declaração dos Direitos da Criança(1959); Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude(1985); e Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil(1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a doutrina da proteção integral, compondo-se na única legislação no contexto latino americano adaptada aos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças (CONANDA, 2004). Traz consigo um grande avanço com o intuito de transformar e garantir melhores condições de vida à crianças e adolescentes brasileiros e passa a considerar estes como sujeitos de direito e pessoas em situação peculiar de desenvolvimento. Há uma transformação de ponto de vista quanto aos interesses na adoção: o principal é a efetivação da personalidade dos filhos, bem como a sua proteção, independente de suas origens (ABREU, 2002). O Estatuto apresenta uma diferença fundamental em relação ao Código de menores de 1979, neste, a concepção era a de proteger menores infratores, em situação “irregular”, naquele, a concepção é a de proteção integral à criança e ao Adolescente. (GUEIROS, 2007). Com o advento do ECA, O Estado torna-se responsável pela manutenção e propagação de programas oficiais de auxílio para que famílias carentes possam guardar seus filhos (art.23).

Os direitos e os procedimentos estabelecidos pelo ECA tem, como prerrogativa principal, o prevalecimento do bem – estar da criança e do adolescente e seu direito a convivência familiar e comunitária. Assim, como exemplo, em um procedimento de destituição do poder familiar, o critério do juiz não poderá ser a penalização dos pais em detrimento da criança, muito menos em decorrência de sua miséria material; mas somente se tal destituição, tragicamente, for imprescindível para a garantia do seu bem – estar.

O ECA estabelece os direitos fundamentais, as medidas preventivas, socioeducativas e protetivas que objetivam assegurá-los. Estabelece: as linhas de ação da política de

atendimento; as políticas e programas sociais; serviços de prevenção; entidades de atendimento; medidas de proteção e organização pública. Prioriza a reinserção familiar, como medida de ressocialização, em vez da tutela de instituições estatais ou conveniadas. Define os atos infracionais, estabelece os direitos e garantias processuais e as medidas socioeducativas, a remissão e as pertinentes aos pais ou responsáveis. Institui o conselho tutelar e a justiça de infância e da juventude. Entre suas inovações, destaca-se o instituto da adoção, inclusive com novas regras sobre a adoção internacional.

No seu artigo 19 expõe:

“toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, *excepcionalmente*, em família substituta, assegurada a *convivência familiar e comunitária*, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”.

Sendo assim, a colocação em família substituta é medida excepcional, podendo ser realizada por meio da *guarda, tutela e adoção*.

A *guarda*, conforme o art.33 do Estatuto da Criança e do Adolescente é uma medida de colocação de criança ou adolescente em família substituta, não sendo estrangeira, por meio da qual se obriga à prestação de assistência material, moral e educacional; atribuindo a um dos familiares, designado de *responsável*, o direito de opor-se a terceiros, inclusive os pais (Guimarães,2005). Pode ser deferida para atender a situações peculiares ou prover a ausência eventual dos pais ou responsável. Atribui à criança ou adolescente a condição de dependente do responsável, para todos os fins de direito, inclusive previdenciários, se comprovada dependência econômica. Essa pode ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público (Art.33à35).

A tutela de acordo com o Código Civil e o Estatuto da Criança e do Adolescente, é destinada a uma pessoa apta, também designada de *responsável* ou *tutor*, para cuidar de um *menor*, denominado de tutelado ou pupilo e administrar seus bens, suprimindo a falta de poder familiar, similar a guarda. É também uma medida de colocação em família substituta, não estrangeira, concedida a pessoa de até 21 anos incompletos (art.36 ECA). Sucede-se com o falecimento dos pais ou sendo estes considerados ausentes; ou no caso de perderem o poder familiar (art.1.728 CC).

O tutor exerce o poder delegado pelo Estado, considerado um encargo público e obrigatório, mas o tutor também pode ser nomeado pelos próprios pais, no exercício do poder familiar, para os filhos, por meio de testamento ou outro documento autêntico. Se esses não o

fizerem, a tutela cabe aos parentes consanguíneos do *menor*. Quando houver a inexistência do testamento e for impossível a nomeação de parente consanguíneo, o juiz nomeará pessoa alheia à família, em caráter subsidiário. Segundo Simões (2011), o exercício da tutela não se assemelha ao poder familiar, porque está submetida à inspeção do juiz, a quem o tutor é obrigado a apresentar balanços anuais e prestar contas, a cada dois anos, fiscalizadas pelo Ministério Público.

A tutela se cessa com a destituição, a maioridade ou com a emancipação do tutelado. Da mesma forma, se os pais recuperarem o poder familiar; ou se estes decorrerem com a adoção ou com o reconhecimento do filho, havido fora do casamento. As funções do tutor também terminam ao se expirar o termo obrigatório de dois anos (art.1.765 CC); se ele alegar escusa legítima; se for removido; se for destituído, por requerimento do Ministério Público ou quem tenha interesse legítimo (art. 1.194 CC).

A tutela será deposta pelos mesmos procedimentos de perda ou destituição do poder familiar, ou seja, por meio de decreto do juiz. A criança e o adolescente sob tutela também são considerados dependentes, nas mesmas condições de guarda.

A adoção, como já foi dito anteriormente, é a terceira alternativa de colocação em família substituta que atribui à criança ou adolescente a condição de filho de acordo com o artigo 41 do Estatuto:

“A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais”.

O ECA apresenta significativos avanços em relação à adoção. Esta se torna uma medida irrevogável dando a condição de filho legítimo ao adotado, desvinculando qualquer relação com a família biológica e se torna uma medida excepcional, sendo utilizada como umas das formas de garantir a convivência familiar quando se esgotam as possibilidades de crianças e adolescente permanecerem na sua família biológica. O pátrio poder, por exemplo, não se perde mais em função da pobreza. As condições materiais já não são motivo para que a criança circule de uma família para outra, através da adoção.

Os principais requisitos para adoção são regidos pelo ECA e arts. 1.618 a 1.622 do Código Civil:

- Idade mínima de 18 anos para o adotante, independentemente do estado civil;

- Diferença de 16 anos de idade, no mínimo, entre adotante e adotando;
- Consentimento dos pais ou representantes legais do adotando;
- Consentimento do adotante, se este contar com mais de 12 anos;
- Processo judicial;
- Efetivo benefício para o adotando.

O Estatuto ainda dispõe que os cônjuges ou companheiros podem adotar conjuntamente, desde que a estabilidade da família seja declarada no laudo social. Podem adotar uma pessoa sozinha ou um casal, mesmo sendo casais homossexuais. A jurisprudência dos tribunais tem viabilizado o direito de adoção a esses casais quando comprovam união estável. Irmão e ascendentes do adotando não o podem adotar. Divorciados ou separados judicialmente podem adotar em conjunto, desde que acordem sob a guarda e regime de visitas e o estágio de convivência tenha sido iniciado enquanto casal. A morte do adotivo não devolve o poder familiar dos pais naturais, devendo o adotado ser colocado sob tutela. É possível a adoção póstuma, desde que o adotante tenha demonstrado, em vida, inequívoca vontade de adotar e laços de afetividade com o adotando (art.42,§5º e art.28,§2º ECA).

Como vimos, a adoção gera o denominado parentesco civil entre adotivo e adotado, inclusive o poder familiar (art.227,§ 6º CF). Promove a sua integração completa, com os mesmos direitos e deveres dos filhos consangüíneos, inclusive de herança, rompendo-o de modo definitivo e irrevogável da família de origem. A sentença de adoção confere ao adotado o sobrenome do adotante. Se o adotante vier a falecer durante o processo da adoção, a sentença da adoção terá força retroativa a data do óbito (art. 1.628 CC).

O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, irrevogável, inscrita no registro civil, mediante mandado, do qual não se fornecerá certidão, cancelando o registro original do adotado. Nenhuma observação, sobre este ato, poderá constar na certidão de registro.

Um dos pontos fundamentais da constituição e do ECA é a priorização da reinserção familiar, mesmo que seja em família substituta de forma *excepcional*, de crianças e adolescentes em conflito familiar e abandonadas. Ao contrário da concepção anterior, em que a prioridade era destinada ao poder público, através de instituições como a FEBEM (SIMÕES, 2011).

O ECA e os juizados da Criança e do Adolescente passaram a priorizar os procedimentos de ressocialização familiar ou de guarda e, sobretudo, de adoção. Com o

objetivo de agilizar os processos de adoção, o Conselho Nacional de Justiça, em Abril de 2008, criou o *Cadastro Nacional de Adoção*, que é conhecido como um banco de dados, único e nacional, composto de informações sobre crianças e adolescentes aptos a serem adotados e pretendentes habilitados à adoção. De acordo com o Manual do Cadastro Nacional de Adoção (2009), o CNA é uma ferramenta precisa, segura e que atende os anseios da sociedade, pois:

- uniformiza todos os bancos de dados sobre crianças e adolescentes aptos a adoção no Brasil e pretendentes;
- racionaliza os procedimentos de habilitação, pois o pretendente estará apto a adotar em qualquer Comarca ou Estado da Federação, com uma única inscrição feita na Comarca de sua residência;
- respeita o disposto no artigo 31 do ECA, pois amplia as possibilidades de consulta aos pretendentes brasileiros cadastrados e garante que apenas quando esgotadas as chances de adoção nacional possam as crianças e adolescentes ser encaminhados para adoção internacional;
- possibilita o controle adequado pelas respectivas Corregedorias-Gerais de Justiça; e
- orienta o planejamento e formulação de políticas públicas voltadas para a população de crianças e adolescentes que esperam pela possibilidade de convivência familiar.

Em 2009, entra em vigor a denominada Lei Nacional de Adoção (Lei n. 12.010/2009). Esta abrange os requisitos para a destituição do poder familiar e *facilita* a retirada antecipada de crianças e adolescentes do convívio de suas famílias de origem.

A nova lei limita a dois anos o abrigo de crianças e adolescentes, preceito este que tenta viabilizar com que esses não cresçam institucionalizados e que possam usufruir do seu direito à convivência familiar e comunitária.

Além disso, ainda traz consigo a instituição de que a manutenção ou reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência (guarda, tutela ou adoção), caso em que será esta incluída em programas de orientação e auxílio e reintera expondo que a inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos da Lei.

A referida lei mesmo com a intenção de facilitar o processo de adoção, não resolveu suas dificuldades culturais, dificuldades estas enraizadas na população brasileira. Essas dificuldades decorrem dos requisitos exigidos pelos adotantes que preferem crianças recém-nascidas, brancas, do sexo feminino, de até três anos de idade e sem nenhuma deficiência. Perfil este que não é compatível com a realidade vivenciada nas instituições de acolhimento. Devido a isso, as instituições não se tornam medida provisória como estabelecido em lei e sim uma medida definitiva para esses.

O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade (Art. 101 do ECA).

De forma complementar, Simões (2011) reitera que a lei não avalia essa realidade e trata a adoção como política pública para resolver o *problema* da criança de rua ou abandonada e esquece o quadro social do abandono, o que tem por traz do abandono que são geralmente condições de miserabilidade e desagregação familiar.

Capítulo II

Institucionalização e Adoção

O abandono de crianças foi tolerado desde tempos remotos. Na Grécia antiga era conhecido como o ato de “ektithenai”, quando os pais desejavam desfazer de um filho, o colocavam em um lugar selvagem, desejando-lhe a morte, mas não a faziam com as próprias mãos. Na vida romana, o direito à vida era concedido pelo pai. Este colocava o recém-nascido nos pés, se o pai o reconhecesse como filho, colocava este nos braços, se não, a criança era colocada na rua. Se esta não morresse de frio, podia ser criada por outra pessoa que geralmente iria tratá-la como escravo.

A história de crianças abandonadas esteve presente em mitos e lendas da humanidade que caracterizavam o abandono como uma prática adotada por pessoas que tinham filhos fora da relação matrimonial ou que não possuíam condições para a criação destes e que os destinavam para outros casais que iriam os educar e amar.

A partir do século XII, começaram a pensar em proteção à criança colocando-as em *instituições* com a finalidade de separá-las do convívio social e não, realmente, como uma forma de proteção. Nesta mesma época foram criadas as *rodas dos expostos*: um dispositivo de madeira fixado, geralmente na entrada de uma instituição cuidada por religiosos, onde a pessoa depositava o bebê que rejeitava, sem precisar ser identificada. Na maioria das vezes essas crianças que ficavam nessas instituições não sobreviviam.

No Brasil, no entanto, as rodas foram criadas no século XVIII e ficaram até o ano de 1950, praticamente como a única forma de “*proteção*” à criança abandonada no nosso país. Atualmente, não existem mais as “Rodas”, mas sim as instituições de internamento de crianças, que são chamadas de “Abrigo”, um novo modo de se referir à antiga Roda dos Expostos, contrariando o que é instituído no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): “Toda criança tem o direito à convivência familiar e comunitária”.

2.1 A origem dos Abrigos e sua influência na atualidade

O modelo de família nuclear é o “padrão” de organização familiar e social regularizado no Brasil pelo Código Civil Brasileiro de 1916. Este era a expressão de como a sociedade daquela época pensava a cerca da família, ou seja, de maneira conservadora e machista. Neste também houve somente a instituição do protótipo de homem branco, cristão, proprietário e alfabetizado que configurou a legitimação social da mulher e dos filhos somente advindos do casamento.

A imposição dos direitos reprodutivos apenas no casamento proporcionou desde então a institucionalização das figuras de mãe solteira, concubina, amante e do filho ilegítimo, constituindo a base para um processo de discriminação social destes, pois esses eram considerados uma ameaça ao patrimônio a ser garantido aos filhos legítimos.

Os Códigos de menores, primeiro o de 1927 e depois o de 1979, instituíram as regras dos “desvios” sociais, a partir da qual passa a se justificar a intervenção do Estado nas famílias brasileiras, principalmente na pobre. Estabelecida a forma de entender o desvio social em relação ao modelo padrão de família, o *abrigo* é considerado uma instituição reparatória e a família substituta como possibilidade de reinserção do sujeito dentro do padrão de “normalidade” social.

Durante a vigência dos Códigos de menores, o abrigamento foi executado no Brasil não de forma transitória, com uma função de restituição ou reinserção, mas como uma medida definitiva, excludente e corroboradora da situação de “desvio” sócio familiar. Isso ocorreu, sobretudo, em virtude do perfil da criança abrigada que era caracterizada como afro-descendente e do sexo masculino, incompatível/destoante com o modelo familiar caracterizado pelo Código Civil Brasileiro que como dito mais acima era a expressão de como a sociedade daquela época e, entretanto, de hoje pensavam.

O caso em que o reenquadramento da criança ao modelo de família nuclear pode restituir a ela a situação de “normalidade” sócio familiar configurou-se pela *adoção*, especialmente, de meninas brancas e recém – nascidas, mais adequadas ao perfil da família “padrão”. Meninos e meninas afro- descendentes foram e ainda são atualmente condenados a viver em abrigos até a maioridade, assumindo o abrigo a função de um substitutivo para a

família. Estes excluídos frutos de preconceitos e mitos enraizados na cultura brasileira deixam de vivenciar a verdadeira infância em convivência familiar e comunitária.

No entanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente consolidou novas formas de analisar a infância e a adolescência, passou a considerar esses como sujeitos de direitos e em situação peculiar de desenvolvimento. O Estatuto traz uma inovação em instituir deveres e direitos que se cumpridos, podem evitar a institucionalização, historicamente praticada no Brasil, de crianças e adolescentes. O ECA ainda institui que a retirada da criança ou adolescente do convívio familiar deve ocorrer somente quando for medida inevitável e mesmo assim, quando essa for encaminhada para abrigo, a internação deve ser breve com duração máxima de dois anos.

Ainda de acordo com o Estatuto da criança e do adolescente (art.23) a falta de recursos materiais e financeiros não se torna justificativa para que uma criança perca o vínculo/ convívio familiar ou tenha que ser encaminhada para instituições de acolhimento ou tenha que ser reintegrada. Somente perderá o convívio familiar se os pais não conseguirem cumprir o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores. Todavia, para se trabalhar com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, deve-se analisar que estas sofreram as consequências de várias desvantagens sociais.

As crianças e adolescentes que se encontram em vulnerabilidade social estão sofrendo as consequências das desigualdades sociais, da pobreza e da exclusão social resultantes do sistema de exploração capitalista. Essas crianças precocemente vivenciam com a falta de vínculo familiar, com a passagem repentina da infância à vida adulta, da falta de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura; da falta de recursos materiais mínimos e básicos para sobrevivência; da inserção precoce no mundo do trabalho para ao menos tentar garantir a sua subexistência; da falta de perspectivas de entrada no mercado formal de trabalho; da entrada em trabalhos informais; da exploração do trabalho infantil; da falta de perspectivas profissionais; do alto índice de reprovação e/ou evasão escolar; da oferta de drogas e de bens, ao uso de armas, ao tráfico de drogas (ABRAMOVAY, et al, 2002).

Todas estas expressões da questão social devem ser consideradas no trabalho desenvolvido com pessoas que vivem em contexto de vulnerabilidade, pois exercem forte influência sobre o comportamento das famílias e da comunidade em geral.

O contexto dessas relações e as funções que as redes de pertencimento exercem na vida das crianças e dos adolescentes são modos de se conhecer a própria criança e/ou adolescente, assim como os contextos de risco e proteção a que estão expostos. Pode-se constatar que existe uma correlação direta entre a qualidade de vida da criança e do adolescente e a qualidade de sua rede social.

A autoridade aparece nas redes das crianças e adolescentes em contextos de vulnerabilidade social como uma autoridade que não se materializa, não se concretiza, não se compromete com sua função. Devido a isso, os profissionais que fazem parte da rede socioassistencial de crianças e adolescentes precisam estar atentos a estas questões que ferem hoje as construções familiares e o ambiente escolar.

De acordo com Pereira (2005) sabe-se que a criança e adolescente que estão sob a medida protetiva de abrigo (Art. 101, ECA), aguardando o seu retorno à família de origem ou encaminhamento para família substituta, precisam ter nestes contextos figuras de autoridade, de proteção e cuidado para seu desenvolvimento saudável. As famílias devem ser auxiliadas na construção de novas possibilidades de estarem juntas com a criança, apesar da separação vivida. Os serviços socioassistenciais devem considerar, então, os fatores de risco e proteção nestes contextos para poderem propiciar novas formas de interação da criança e do adolescente com a família e a escola, buscando uma vinculação de melhor qualidade.

Os próprios profissionais precisam estar preparados para receberem estas crianças e adolescentes sem discriminação e preconceito; precisam estar atentos às suas crenças que, por vezes, os impedem de olhar para as pessoas que compõem estas redes com legitimidade. Quando o serviço de atendimento não é de qualidade ou prolonga-se desnecessariamente, o afastamento do convívio familiar pode ter consequências negativas sobre o processo de desenvolvimento dos sujeitos. Por isso, a articulação e bom funcionamento intra e intersetorial da rede institucional é fundamental na efetividade do seu trabalho que, apesar de transitório, deve ser reparador.

Weber e Kossobudzki (1996), em pesquisa realizada no Estado do Paraná, constataram que, em virtude da desarticulação e da falta de comunicação entre Justiça e abrigos, crianças e adolescentes podem permanecer anos institucionalizados sem definição quanto à situação jurídica e, portanto, impossibilitados de serem encaminhados para lar substituto.

A situação de desarticulação, fragmentação e abandono da rede de atendimento aos direitos da criança e do adolescente repercute inevitavelmente sobre o processo de colocação em família, contribuindo para o prolongamento da permanência das crianças e dos adolescentes nas instituições.

No ano de 2001 foi realizado pelo IPEA o Levantamento Nacional de Abrigos da rede SAC (Serviços de Ação Continuada) que buscava captar o conhecimento sobre o ECA dos dirigentes ou coordenadores das instituições de abrigo, bem como seu grau de adesão aos princípios estabelecidos pela lei. De acordo com a pesquisa, 44,3% dos entrevistados se consideravam muito bem informados sobre o conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente e quase a metade deles se achavam mais ou menos informados em relação ao ECA. Ainda de acordo com o IPEA (2004) o não efetivo conhecimento do ECA por parte dos dirigentes dos abrigos se deve a baixa capacidade de transmitir informação por parte dos órgãos formuladores de políticas voltadas para a proteção de crianças e adolescentes, bem como os formuladores de opinião – a mídia.

Outro aspecto a ser considerado é que a ausência de conhecimento sobre o ECA por parte dos dirigentes de abrigos, podem levar esses a embasarem o atendimento oferecido em suas instituições de acordo com suas crenças e prioridades.

Desta forma, constata-se que o Estado e os próprios órgãos de proteção acabam sendo coniventes com a aplicação de mais uma forma de vitimização à criança e ao adolescente, contribuindo para a instalação de uma espécie de violência institucional que, em última instância, priva-os da possibilidade de crescer em um ambiente familiar.

Neste sentido, Rolim (2002), baseando-se nos resultados da VI Caravana Nacional de Direitos Humanos — que atravessou o país em 2001 visitando diversos abrigos — afirma que “o que deveria ser uma experiência de passagem transforma-se em uma espécie de condenação pela qual deverão ficar confinados até os 18 anos”. Chaves (1966) afirma que o sistema de abrigamento assume, muitas vezes, um posicionamento de verdadeiro detentor do poder familiar, contribuindo para a emergência de entraves no processo de colocação em família substituta.

Motta (2001) salienta que o prolongamento da institucionalização motivado pela não desistência do poder familiar, além de impossibilitar a adoção, traz sérias consequências tanto à mãe quanto à criança.

Weber (1998, p. 86) revela:

O desenvolvimento de uma pessoa é severamente prejudicado num ambiente institucional, onde imperam a falta de identidade e a disciplina massificadora. O abandono sofrido pelas crianças e adolescentes institucionalizados leva ao sentimento de rejeição, baixa auto-estima e expectativas de futuro negativas.

De acordo com o Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da rede SAC realizado pelo IPEA (2003) há cerca de 20 mil crianças e adolescentes vivendo nos 589 abrigos do Brasil. A região Sudeste é a que possui maior quantidade de abrigados com 45%. Em segundo lugar fica o Nordeste com 29,4%, em terceiro a região Sul com 15,5%, em quarto a região Centro – Oeste com seus 8,2% e por último a região Norte com apenas 1,9%.

Entre as crianças e adolescentes abrigados na época da pesquisa:

Idade	Porcentagem %
0 - 3 anos	11,7 %
4- 6 anos	12, 2%
7- 9 anos	19%
10-12 anos	21,8 %
13-15 anos	20,5%
16 – 18 anos	11,9%

Os números da pesquisa realizada revelam que a atual situação de crianças e adolescentes abrigados no Brasil fere com um dos princípios impostos pelo ECA que estabelece que os abrigos devem realizar a preparação gradativa para o desligamento dos adolescente que vão completar a maioridade.

Em relação à frequência escolar, foi constatado que 60, 8% dos abrigados de zero a 6 anos de idade frequentavam creches ou pré- escolas, e que 95,9% entre 7 e 18 anos de idade também estavam na escola. Entretanto, em relação ao analfabetismo, foi encontrado um elevado índice de 16,8% entre os abrigados de 15 e 18 anos de idade.

Ainda de acordo com o levantamento, foi considerado os principais motivos do abrigamento das crianças e adolescentes: a carência de recursos materiais da família (24,1%); o abandono pelos pais ou responsáveis (18,8%); a violência doméstica (11,6%); a dependência química de pais ou responsáveis (11,3%); a vivência de rua (7,0%); a orfandade (5,2%); a prisão dos pais ou responsáveis (3,5%) e o abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis (3,3%).

É possível constatar que mesmo com a resolução do ECA, em seu artigo 23 que expõe: “a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo de suspensão do pátrio poder e recomenda que não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá, obrigatoriamente, ser incluída em programas oficiais de auxílio”, conclui-se que essa é responsável pelo ingresso de mais da metade das crianças e adolescentes nos abrigos.

Dessa maneira, é considerado de suma importância a construção de uma rede de discussão *permanente* entre as instâncias envolvidas na defesa do direito à convivência familiar sobre *desinstitucionalização*, prevenção ao *abrigamento*, melhoria do atendimento nos abrigos, apoio ao sistema familiar, promoção da convivência familiar e discussão sobre até quando deve se aguardar para a colocação em família substituta e investir na família de origem.

De acordo com Weber (2000), apesar da institucionalização de crianças ter surgido como uma tentativa ou alternativa de resolver o problema de crianças e adolescentes abandonados, esta tentativa mostrou-se totalmente ineficaz no Brasil, pois não abrange as verdadeiras causas do problema que são a miséria social, a carência de apoio sócio educativo, a ausência de prevenção em relação à violência doméstica, entre outros; não possibilita qualquer tipo de reabilitação para as famílias de origem e exclui as crianças de uma convivência familiar, em sua família de origem ou família substitua, e comunitária. Direitos estes que estão garantidos no Estatuto da criança e do adolescente que expõe:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Diante deste artigo é possível concluir que a defesa dos direitos fundamentais assegurados à criança e ao adolescente, não é tarefa de apenas um órgão ou entidade, mas deve ocorrer a partir de uma ação conjunta e articulada entre família, sociedade/comunidade e Poder Público.

Ainda de acordo com Weber (2000), esta aponta que da condição de "carentes", estas crianças passam a ser consideradas abandonadas, pela ausência de uma relação com a família, de origem ou substituta, e pela sua prolongada permanência nos abrigos. Além da exclusão social causada pelo *abrigamento* destas crianças, existem evidências de que não há trabalho social sendo realizado com as famílias das crianças. Somente o tempo não faz com

que essas famílias mudem o seu jeito de ser. Incidências graves como alcoolismo, violência familiar, negligência, entre outros, não recebem assistência do Estado ou da sociedade civil.

Weber (2000) salienta que alguns pontos são essenciais para que o poder público possa devolver o direito à *convivência familiar e comunitária* destas crianças institucionalizadas:

1. Respeitar os direitos ditados pelo ECA;
2. Realizar ações efetivas para a prevenção do abandono precoce (com recém-nascidos) ou do abandono tardio (colocar em instituições);
3. Promover campanhas de esclarecimento sobre o processo de adoção e sobre a vida nos abrigos;
4. Veicular a “adoção moderna” que visa os interesses do adotado. Adoção “moderna” significa conscientizar os adotantes que embora eles tenham o desejo de adotar um recém-nascido, quem tem o direito de ter uma família é a criança, especialmente aquela que está abandonada nas instituições;
5. . Incrementar o número de pesquisas sistemáticas para compreender o processo de adoção;
6. Informatizar o cadastro de crianças e adolescentes institucionalizados no país com informações sobre a vida de cada interno e suas relações familiares e interligar as informações com os serviços de adoção do Poder Judiciário;
7. Não institucionalizar nem mesmo bebês;
8. Criar programas de ”apadrinhamento afetivo” para crianças e adolescentes institucionalizados, cujos pais já tenham sido destituídos do poder familiar e que estão nos Abrigos à espera de uma adoção;
9. . Realizar programas de conscientização para adoções especiais no Brasil como as adoções tardias, inter-raciais e de crianças com necessidades especiais;
10. Tentar resgatar os vínculos com a família de origem dos internos;
11. Agilizar processos evidentes de destituição de poder familiar e de adoção, mudando a imagem das Varas da Infância e da Juventude e proporcionando condições para a diminuição de adoções ilegais, denominadas de “adoções à brasileira”;

12. Criar centros de apoio à adoção, com pessoas da comunidade que já passaram pelo processo de adoção e com técnicos especializados em cada área: serviço social, direito, nutrição, medicina, psicologia, etc.

Podemos concluir que essas famílias *abandonadas* pelo Estado reproduzem o mesmo ciclo e abandonam seus filhos. As vítimas dessa situação acabam sendo as crianças. Como bem disse Weber (2000) as raízes históricas associadas a uma profunda desigualdade social de uma política assistencial brasileira que “desemprega os pais e cria abrigos para os filhos, que arrocha o salário dos pais e dá o pão e leite para os filhos, que impede o acesso das famílias pobres aos alimentos básicos e anuncia planos de combate à mortalidade infantil. Esta ainda reforça que a *institucionalização* viola a *convivência familiar e comunitária* e apresenta-se muito mais como um incentivo ao abandono do que como uma alternativa. Na maioria das situações são os pais da criança (também vítimas sociais) e/ou as condições de miséria social os culpados, mas é a criança quem recebe a punição.

A ausência e o erro do Estado exemplificado acima podem ser minimizados com o empenho deste em garantir família substituta para as crianças que perderem o poder familiar e estão em condição de adoção. Esta seria considerada umas das alternativas cabíveis a tentar garantir o direito à convivência familiar e comunitária desses.

2.2 Adoção de Crianças Maiores e Adolescentes

A palavra adoção vem do latim *adoptare* que tem como significado acolher, optar por, aceitar, escolher (CUNHA, 1991). A adoção pode ser dividida em adoção clássica, moderna e pós-moderna. A clássica é feita por casais que não podem ter filhos, a moderna, instituída pelo ECA, se caracteriza por garantir a convivência familiar às crianças maiores, negras e com deficiências e a pós-moderna é um encontro de desejo e necessidade mútuas – criança para família e família para criança, ou seja, a criança tem o direito de escolher a família (PEREIRA & COSTA, 2005).

Contudo, ainda é possível notar a prevalência de adoções de acordo com o modelo clássico, pois segundo Camargo (2006) os motivos que mais levam as pessoas a adotar são, na maioria das vezes, suas próprias satisfações e não prioritariamente as de crianças e adolescentes.

E, além disso, há a dificuldade da *aceitação* e a inserção completa da criança na família que acaba se tornando um objetivo secundário em relação com o desejo e a tentativa de apagar suas origens por parte dos pais (Motta, 1995). A adoção, desta forma, passa a não ser um processo simples, especialmente aquela relativa a crianças mais velhas. Mas, como questionam Weber e Kossobudzki (1996, p. 124), será que a sociedade não é capaz de mudar, de preparar as pessoas e proporcionar de fato o encontro de pais para todas as crianças?

Seguindo suas próprias satisfações e podendo selecionar características das crianças ou adolescentes, muitas crianças passam a ser excluídas dessas escolhas, pois, na maioria das vezes, as mais procuradas são as recém-nascidas, de peles claras e saudáveis, como exposto mais acima. Podemos confirmar tal fato com os dados estatísticos do Conselho Nacional de Justiça de 31/01/2013 acerca da *adoção* na sociedade brasileira. Nesta pesquisa verificou-se que os pretendentes em 32,69% têm preferência por meninas; 55,46% procuram crianças de zero a 2 anos de idade.

Estas crianças que são excluídas tornam-se institucionalizadas, cuja permanência nesta está determinada por vários fatores, como a ausência de programas de prevenção ao abandono e redes de apoio familiar e demora na definição de abandono, têm um dos seus direitos fundamentais que é a convivência familiar e comunitária violado.

Weber (1998, p. 86) revela:

“O desenvolvimento de uma pessoa é severamente prejudicado num ambiente institucional, onde imperam a falta de identidade e a disciplina massificadora. O abandono sofrido pelas crianças e adolescentes institucionalizados leva ao sentimento de rejeição, baixa auto-estima e expectativas de futuro negativas”.

Ferreira (2003) salienta que a partir dos quatro anos, a inserção da criança em família *substituta* fica quase improvável, pois há uma dicotomia entre criança *idealizada* pelos adotantes e a criança *real* disponível para a adoção. A expectativa do filho “idealizado”, semelhante e recém-nascido, corrobora com desejo de reprodução do modelo biológico e a consequente rejeição daqueles que não se encaixam nesse perfil. Esses acreditam que o comportamento do adotando será mais facilmente “moldado” (CAMPOS, 2010).

Diante disso, Weber (1996) conclui que as pessoas, portanto, adotariam bebês para obterem uma melhor adaptação entre pais e filhos e uma adequada socialização, onde as crianças fossem capazes de atender as ambições das famílias.

As pesquisas mostram (Weber, Gagno, Cornélio & Silva, 1994; Weber & Cornélio, 1995; Weber & Gagno, 1995) que grande parte da população apresenta preconceitos quanto à adoção tardia, como: a) receio de adotar crianças mais velhas devido a dificuldade na *educação*; b) o medo de adotar crianças institucionalizadas pelos *maus hábitos* que trariam; c) as crianças que não sabem que são adotivas têm menos problemas, por isso deve-se adotar bebês e esconder deles a verdade, imitando uma família biológica.

Em uma pesquisa realizada por Casellato (1998), outra face da cultura da adoção se revela, agora em relação às expectativas e motivações dos pais para a adoção: 29% dos pesquisados utilizam como motivação a impossibilidade de ter os próprios filhos; 16,34% por solidariedade em ajudar uma criança; 9,80% já mostravam-se interessados em adotar ; 6,54% adotaram porque "a criança apareceu"; 5,88% adotaram por se tratar de filhos de parentes (adoção encomendada); 9,71% apontam como motivação os sentimentos de compaixão e afeição pela criança; 3,27% somente adotaram após a morte de um filho natural ou biológico; e 2,61% optaram pela adoção pois assim puderam escolher o sexo da criança.

Analizando a pesquisa desenvolvida é possível constatar que por detrás dessas expectativas ainda sobrepõe os interesses próprios dos adotantes e não da criança ou adolescente, ou seja, para a maioria dos adotantes , a adoção ainda “resolve” um problema e contribui para a resolução de um luto: o desejo de aumentar o número de filhos, de fazer caridade, de solucionar problemas conjugais, de encontrar companhia, evitar discriminação social (por não ter tido filhos naturais), substituir um filho que se perdeu, entre outros (CAMARGO, 2006). Por outro lado, os motivos que levam as famílias a realizarem uma adoção tardia são uma motivação de cunho humanitário, filhos biológicos e crenças religiosas (PEREIRA, 2005).

Segundo Weber (1999), quando a criança é adotada *tardamente*, esta pode vir de uma *instituição* ou *família substituta*, e com esta criança também vêm enraizados valores e princípios que são em grande parte estereotipados, pautados em condicionamentos de moral rígida imposta aos internos pela instituição. Além desta moral, que é comum a todos, se a criança viveu institucionalizada por um longo período, possivelmente terá uma consciência de *massa*, decorrida da convivência em grupo, ficando o indivíduo em segundo plano.

Vargas (1996) destaca que a adoção traz, à criança que esteve institucionalizada, benefícios que nenhuma outra intervenção seria capaz: a construção de vínculos estáveis e

duradouros, a retomada do desenvolvimento, a elaboração da perda do objeto suporte de identificação e a reconstrução da história de vida e identidade. A autora ressalta, ainda, a importância, nestes casos, do apoio psicossocial para preparação, orientação e acompanhamento pós-acolhimento.

Existem diferentes processos de *adoção*: decorrentes da entrega da criança; movidos após *destituição* do poder familiar, em virtude de condições de *risco*; motivados pela orfandade ou paradeiro ignorado dos pais; e, finalmente, os identificados pela própria Justiça e abrigos, a partir do estudo psicossocial da situação de crianças e adolescentes abrigados.

Atualmente, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) 43.867 mil crianças vivem em instituições de apoio ou abrigos. Dessas crianças, 5.478 mil estão em condições de ser adotadas, cadastradas no Cadastro Nacional de Adoção, o restante aguardam por algum apoio. Na maioria das vezes, estas crianças se encontram em situações de sofrimento biopsicossocial, vulnerabilidade, risco e privação de direitos fundamentais.

Um dos direitos fundamentais violado é o direito a *convivência familiar e comunitária*, que está garantido no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990):

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (art.4º).

Ainda de acordo com o Conselho Nacional de Justiça das 28.843 pessoas pretendentes à adoção, 55,46% pretendiam e idealizavam adotar crianças de 0 a 2 anos, fato que não condiz com a realidade do Cadastro Nacional de Adoção que aponta que criança de zero anos só há uma cadastrada para adoção, crianças com um ano há 21 cadastradas e com dois anos, 57. Essa constatação dá subsídios ao que Becker (1998) já dizia, que a concepção generalizada de que brasileiros só adotam crianças recém-nascidas e de sua própria etnia se deve, em grande parte, à ausência de trabalho preparatório à adoção.

A escolha, na maioria das vezes, por recém-nascido impulsiona cada vez mais que os profissionais das instâncias envolvidas no processo da adoção coloquem o tema da adoção tardia no centro, pois:

[...] ainda que deva respeitar os limites e opções dos requerentes, faz-se necessário iniciar um trabalho voltado para a mudança de mentalidade no que se refere à

adoção de modo a possibilitar uma superação de pelo menos parte dos equívocos e preconceitos que envolvem este processo (SANTOS,1997).

De acordo com Camargo (1997) nos dias atuais a adoção tem sido o tema-alvo das preocupações de muitos, por razão de sua exigência profissional (juízes, promotores de justiça, advogados, assistentes sociais, psicólogos e educadores) ou por gesto de solidariedade.

Este expõe que estas preocupações conectam-se a um contexto social: a) o compromisso assumido com todas as crianças e adolescentes do Brasil e oficializado com a promulgação da Lei 8.069, em 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); b) a urgência de se construir uma nova cultura da adoção, liberta dos preconceitos em relação a adoção na família brasileira e a solidificação de uma tendência nacional que é a de que toda criança abandonada no Brasil tem um destino traçado: a instituição ou a rua; c) refere-se à necessária e urgente contribuição do meio acadêmico em relação à adoção, uma vez que por meio da pesquisa e da produção científica promove-se a construção e instalação de uma outra cultura.

Desta forma, tem-se vivenciando concomitantemente no Brasil, de um lado, uma legislação inovadora e exemplar que "teoricamente" se coloca a serviço da criança e do adolescente e, de outro lado, uma cultura que os marginaliza, banaliza e exclui.

Contudo, a lei que concede direitos à criança e ao adolescente não lhes garante um lar, uma família. Ainda há muitas crianças e adolescentes nas ruas e muitas crianças e adolescentes institucionalizados, abandonadas do *convívio familiar*, embora alguns abrigos o tentem imitar não conseguem garantir esse direito (CAMARGO, 1997).

As crianças consideradas "idosas" para adoção, segundo Vargas (1998, p. 35):

ou foram abandonadas tardiamente pelas mães, que por circunstâncias pessoais ou socioeconômicas, não puderam continuar se encarregando delas ou foram retiradas dos pais pelo poder judiciário, que os julgou incapazes de mantê-las em seu pátrio poder, ou, ainda, foram 'esquecidas' pelo Estado desde muito pequenas em 'orfanatos' que, na realidade, abrigam uma minoria de órfãos [...].

Os mitos e preconceitos que constituem a atual cultura da adoção no Brasil apresentam-se como fortes obstáculos à realização de adoções de crianças e adolescentes

maiores (adoções tardias). A criança recém nascida, e como nos apontam os números, é mais procurada pelas famílias postulantes à adoção. Tal fato se justifica de acordo com Camargo (1997) pelo encontro de "possibilidades" e "expectativas" que nas mesmas se materializam, porque representam (segundo o imaginário dos adotantes):

- a oportunidade de construção de um vínculo afetivo mais profundo entre mãe-pai-filho, a tal ponto que possa apagar as marcas da rejeição e abandono causados pela mãe e pai biológicos;
- tempo para a construção do denominado “pacto sócio-familiar”, caso seja opção da família adotiva manter segredo quanto as origens da criança adotada;
- o acompanhamento integral de seu desenvolvimento físico e psicossocial;
- a realização do desejo materno e paterno de poder trocar as fraldas de um bebê a quem chamará de filho, dar-lhe colo, amamentar, ninar, dar banho, trocar-lhe as roupas, etc.;
- protagonizar o papel de pai e mãe no processo de educação do filho;
- construir uma história familiar e registrá-la, desde os primeiros dias de vida do filho, por meio de fotografias que comporão o álbum de família.

Se, por um lado, essas expectativas dos postulantes à adoção, encontram na "criança recém-nascida" a possibilidade de realização, tornando-as alvos de seus interesses e por consequente serem, as mais procuradas para adoção, tais expectativas são também os motivos que colocam as chamadas "crianças maiores" e adolescentes no final da fila de espera por uma família.

Diante disso, a finalidade e objetivo esperado pela atualidade, é a de difundir uma cultura da adoção, para proporcionar um lar para crianças que não o têm, sem valorizar demasiadamente condições de saúde, cor, gênero, raça, idade.

Capítulo III

A adoção no Distrito Federal

3. A Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal

No Distrito Federal, a 1ª Vara da Infância e da Juventude é o órgão do Poder Judiciário responsável por garantir o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar, colocando-os a salvo de ameaça ou violação aos seus direitos. Para tanto, a 1ª VIJ-DF dispõe de serviços especializados que visam auxiliar o juiz nas suas decisões e orientar a comunidade.

A 1ª VIJ-DF orienta, esclarece e avalia as pessoas interessadas em adotar crianças ou adolescentes e as auxilia na preparação para um acolhimento adequado, seguro e legal. A Vara conta com profissionais, continuamente treinados, responsáveis por realizar *estudos psicossociais* relativos às inscrições para adoção e aos acolhimentos e promover o encontro entre famílias habilitadas para adoção e crianças e adolescentes privados do convívio familiar.

A 1ª VIJ-DF é responsável pelo gerenciamento e pela inserção de dados de adotáveis e de famílias interessadas em adotar no Distrito Federal, tanto no cadastro local – INFOADOTE – quanto no Cadastro Nacional de Adoção – mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

O Cadastro Nacional de Adoção (CNA) é um banco de dados, criado pelo Conselho Nacional de Justiça, único e nacional, composto de informações sobre crianças e adolescentes aptos a serem adotados e pretendentes habilitados à adoção.

O CNA é um instrumento preciso e seguro para auxiliar os juízes na condução dos procedimentos de adoção e busca atender aos anseios da sociedade no sentido de *desburocratizar* o processo, uma vez que:

- uniformiza todos os bancos de dados sobre crianças e adolescentes aptos a adoção no Brasil e pretendentes à adotar;
- racionaliza os procedimentos de habilitação, pois o pretendente estará apto a adotar em qualquer Comarca ou Estado da Federação, com uma única inscrição feita na Comarca de sua residência;

- respeita o disposto no artigo 31 do ECA, pois amplia as possibilidades de consulta aos pretendentes brasileiros cadastrados e garante que apenas quando esgotadas as chances de adoção nacional possam as crianças e adolescentes ser encaminhados para adoção internacional;
- possibilita o controle adequado pelas respectivas Corregedorias-Gerais de Justiça; e
- orienta o planejamento e formulação de políticas públicas voltadas para a população de crianças e adolescentes que esperam pela possibilidade de convivência familiar.

3.1 Os atores sociais no processo de adoção

O Juiz da Vara da Infância e Juventude

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) estabelece que a competência para conhecer e julgar os pedido de adoção e seus incidentes, quando se tratar de crianças e adolescentes, é dos juízes da Infância e da Juventude. Cada Estado, bem como o Distrito Federal poderão criar varas especializadas e exclusivas da Infância e da Juventude, cabendo ao Poder Judiciário estabelecer sua proporcionalidade por número de habitantes, dotá-las de infra-estrutura e dispor sobre o atendimento(Art.145) .

É através da sentença proferida pelo juiz que o vínculo da adoção é firmado. De acordo com Diniz (2001) é a intervenção da autoridade judicial que, criando vínculos jurídicos praticamente irreversíveis, vem dar a possibilidade de se organizar à semelhança da paternidade natural. Devido a isto, esta tarefa exige rigor-técnico e, portanto valores pessoais não devem interferir nas avaliações das partes envolvidas.

Para deferir a adoção, o juiz analisa todos os documentos trazidos ao processo, constatando que uma das principais fontes vem a ser os estudos sociais, avaliação e/ou laudos realizados com as partes pela equipe interprofissional, composta por pedagogos, assistentes sociais e psicólogos, tendo em vista a preservação dos interesses do adotado. Esta decisão deve ser precavida, tendo em vista que a adoção é um ato irrevogável, ou seja, que não pode ser desconstituída.

Incumbe ao juiz manter um cadastro das pessoas habilitadas para adoção e das crianças e adolescentes destinados para tal ato. Homologando os pedidos de habilitação para adoção dos interessados em ingressar no referido cadastro.

A Equipe Interprofissional da Vara da Infância e Juventude

De acordo com O Estatuto da Criança e do Adolescente, cabe ao poder judiciário, entre os seus serviços auxiliares, requerer a manutenção de equipe interprofissional destinada ao assessoramento da Justiça da Infância e da Juventude, consoante ao estabelecido no artigo 150 do ECA.

A equipe interprofissional deverá fornecer subsídios, por escrito, por meio de laudos, ou verbalmente, na audiência, além de desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros. Estas equipes interprofissionais podem ser formadas por psicólogos, assistente sociais, orientadores educacionais, entre outros profissionais, que atuarão antes da formação do processo, durante o processo e após a determinação da sentença.

Nos processos de habilitação de adoção a equipe faz a avaliação dos candidatos a pais adotivos, verificando a verdadeira motivação dos interessados. A avaliação, que ocorre a partir da abertura do processo de habilitação para adoção, passa a ser, neste momento, uma das etapas de preparação desta família, que está no início de sua constituição. Essa avaliação dará através de entrevistas sistemáticas, cujo número e tempo de duração dependerão dos candidatos e do transporecer durante o trabalho,

Nas entrevistas são analisadas as estruturas e dinâmica familiar; capacidade para estabelecer e manter vínculos afetivos; a experiência com crianças e adolescentes; a capacidade de obter prazer com as mesmas; como foi ou é vivida a infertilidade ou esterilidade; o eventual luto por filho biológico ou perda das funções reprodutoras; condições sócio-econômica que possam permitir o atendimento de necessidades básicas do adotando, as expectativas, entre outros. Esta abordagem pode variar de acordo com a categoria profissional, pois cada profissão tem a sua especificidade.

O estudo social tem como objetivo o bem - estar da criança e adolescente. Este estudo é desenvolvido a partir do ambiente no qual estão inseridos adotados e adotantes, visando buscar um perfil das partes e quais as vantagens e benefícios que serão proporcionados pelo ato aos *adotados*.

De acordo com a lei de regulamentação da profissão de Serviço Social a elaboração de estudos sociais é uma competência privativa atribuída ao profissional de Serviço Social. Diante disso, Fávero (2007) expõe que cabe a este profissional apreender e dominar competências para tornar visíveis as dinâmicas dos processos sociais que constituem o viver dos sujeitos, para explicitar a dimensão de totalidade do sujeito social (ou sujeitos) que, juridicamente, se tornam ‘objeto’ da ação judicial. Trata-se, portanto, de um trabalho fundamental nessa área, ainda que as funções profissionais não devam se restringir a ele e sim ampliá-lo e/ou ultrapassá-lo, articulando-se à rede social de atendimento, às instâncias definidoras de políticas e executoras de programas sociais que possam dar respostas às demandas que aí chegam. Para que, dessa maneira, o trabalho não se efetive tão somente na constatação e no registro da condição social dos sujeitos, sem a ação para o acesso e efetivação de direitos – ainda que seja pela denúncia da não garantia desses direitos pelas instâncias responsáveis.

O Promotor de Justiça

Ao Ministério Público está encarregada a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Este é uma instituição permanente, que não é órgão de nenhum dos três poderes, possuindo autonomia funcional e administrativa. Dentre suas funções constitucionalmente previstas está a proteção integral dos direitos da criança e adolescente.

O Promotor de Justiça de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações, nos processos judiciais, é competente para atuar como fiscal da lei, sendo o responsável pela apropriada aplicação da legislação e respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes. Podendo atuar como órgão agente, ajuizando as ações, tais como a destituição do poder familiar.

Por meio de expedientes investigatórios, instaurados na Promotoria de Justiça, poderá esse fazer verificações sobre a situação de crianças e adolescentes que estão tendo seus interesses sociais e direitos individuais indisponíveis violados.

O Advogado e/ou Defensor Público

A criança ou adolescente, seus pais ou responsáveis e qualquer pessoa que tenha legítimo interesse na solução de processo ajuizado na Vara da Infância e Juventude têm direito à advogado para intervir nos processos .

O direito a assistência judiciária integral é gratuita àqueles que dela necessitarem, esta é prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal de 1988. Essa será prestada pelos defensores públicos da Defensoria Pública do Estado.

Tanto o advogado como o defensor público tem como função a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos interessados. Ajuizando as ações, praticando todos os atos para impulsionar, para instruir o processo e orientando a população dos atos que devem praticar.

Curador Especial

O Curador especial é uma função processual desenvolvida por advogado ou defensor público, após ser nomeado pelo juiz, que irá atuar no processo de adoção e/ou destituição de poder familiar, sempre que a criança e o adolescente não tiver representantes legais ou se os interesses dos pais biológicos ou representantes legais colidirem com os das crianças e adolescentes. Este último pode ser exemplificado quando os pais biológicos ou representantes legais violarem um dos direitos inerentes à criança ou adolescente.

3.2 O processo da adoção

A pessoa que estiver interessada em realizar uma adoção no Distrito Federal, primeiramente terá que procurar a Seção de Colocação em Família Substituta (SEFAM) da 1ª Vara da Infância e da Juventude (1ª VIJ-DF) com o seu RG e com um comprovante de residência.

Na Vara da Infância e da Juventude o interessado será atendido por um profissional especializado na área psicossocial que o fornecerá as informações e os esclarecimentos necessários para auxiliá-lo na sua decisão. Em seguida, o postulante deverá constituir um advogado, particular ou defensor público, que vai peticionar a inscrição deste para adoção ao juiz da 1ª VIJ-DF.

Após a petição, o postulante terá que frequentar o curso de preparação psicossocial e jurídica para adoção que é obrigatório. Na 1ª Vara de Infância do DF, o curso tem duração de 2 meses, com aulas semanais.

É obrigatória a participação dos postulantes em programa oferecido pela Justiça da Infância e da Juventude preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar, que inclua preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos (ECA, Art.197 §1º).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, sempre que possível e recomendável a etapa obrigatória da preparação compreenderá o contato com crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar ou institucional em condições de serem adotados. Esse será realizado sob a orientação, supervisão e avaliação da equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, com o apoio dos técnicos responsáveis pelo programa de acolhimento familiar ou institucional e pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.

Após comprovada a participação no curso, o candidato é submetido à avaliação psicossocial com entrevistas e visita domiciliar feitas pela equipe técnica interprofissional. O resultado dessa avaliação será encaminhado ao Ministério Público e ao juiz da Vara de Infância.

A partir do laudo da equipe técnica da Vara da Infância e da Juventude e do parecer emitido pelo Ministério Público, o juiz dará sua sentença. Com o pedido acolhido, o nome do postulante será inserido nos cadastros, válidos por dois anos em território nacional.

Após a inscrição do postulante no Cadastro Nacional de Adoção, a Vara de Infância vai avisá-lo se existe uma criança com o perfil compatível ao indicado por esse. O histórico de vida da criança é apresentado ao adotante; se houver interesse, ambos são apresentados. A criança, se possuir 12 anos ou mais, também será entrevistada após o encontro e dirá se quer ou não continuar com o processo.

Durante o estágio de convivência monitorado pela Justiça e pela equipe técnica, é permitido visitar o abrigo onde ela mora; dar pequenos passeios para que esses se aproximem e se conheçam melhor. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, observadas as peculiaridades do caso (Art.46). Esse poderá ser dispensado se o adotando não tiver mais de um ano de idade ou se, qualquer que seja a sua idade, já estiver na companhia do adotante durante tempo suficiente para se poder avaliar a conveniência da constituição do vínculo(Art.46 §1º).

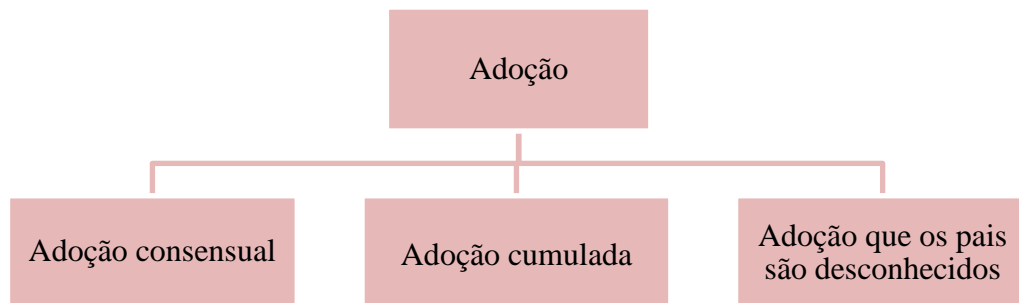
Se o relacionamento correr bem, a criança é autorizada e o pretendente ajuizará a ação de adoção. Ao entrar com o processo, o pretendente receberá a *guarda* provisória, que terá validade até a conclusão do processo. Nesse momento, a criança passa a morar com a família, mas a equipe técnica continua fazendo visitas periódicas e apresentará uma avaliação conclusiva.

Posteriormente à avaliação da equipe técnica,o juiz profere a sentença de adoção e determina a formulação do novo registro de nascimento, já com o sobrenome da nova família. O adotante poderá trocar também o primeiro nome da criança. Nesse momento, a criança passa a ter todos os direitos de um filho biológico.

3.3 Os tipos de Adoção

O processo de adoção é o instrumento formal que se instaura perante a Vara da Infância e Juventude, no qual os adotantes buscam que seja deferida a adoção de uma criança ou adolescente.

De acordo com o fluxograma abaixo, a adoção pode seguir os seguintes caminhos:



A adoção consensual é aquela a qual os pais biológicos ou representantes legais aceitam expressamente com o pedido e há também a adoção no caso dos pais serem desconhecidos ou destituídos do poder familiar. Neste último caso, há a dispensa dos pais biológicos ou representantes legais.

O procedimento a ser seguido nesses processos de adoção seria o seguinte:

- petição inicial dirigida ao Juiz da Vara de Infância e Juventude;
- citação dos pais biológicos;
- Oitiva dos pais biológicos para manifestarem expressamente seu consentimento;
- Oitiva do adotando com mais de 12 anos de idade para que manifeste seu consentimento;
- Oitiva da criança sempre que possível e necessário;
- Concessão de guarda provisória do adotando ao adotante;
- Fixação ou dispensa do estágio de convivência;
- Apresentação do laudo técnico pela equipe interprofissional;
- Parecer do Promotor de Justiça;
- Sentença do juiz;
- Recursos;

- Cancelamento do registro de nascimento original, confecção de novo registro de nascimento.

Na adoção cumulada com pedido de destituição do poder familiar tem-se a necessidade de ser ajuizada a destituição do poder familiar cumulada com o processo de adoção. Esta ocorre quando não há consentimento dos pais biológicos ou responsáveis legais da criança ou adolescente.

Nesse caso é preciso a comprovação de que pais biológicos ou responsáveis legais do adotando praticaram atos que imponham sua destituição do poder familiar. Atos estes que são expostos no ECA e no Código Civil de 2002:

Se o pai, ou a mãe, abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes ou arruinando os bens dos filhos, cabe ao juiz, requerendo algum parente, ou o Ministério Público, adotar a medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e seus haveres, até suspendendo o poder familiar, quando convenha (Art. 1.637); Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que: castigar imoderadamente o filho; deixar o filho em abandono; praticar atos contrários à moral e aos bons costumes; incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo antecedente (Art. 1.638).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, aos pais compete o dever de sustentar, guardar e educar os filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais (Art.22).

Desta forma, quando a família não assume efetivamente o seu papel, a atuação dos órgãos integrantes do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Adolescente, assim como do Ministério Público, como órgão agente, passa a ser fundamental, não apenas para buscar a responsabilização da família mas, sobretudo, para possibilitar a adoção das medidas cabíveis aptas a garantir o direito fundamental à convivência familiar, assegurando que crianças e adolescentes tenham o direito de viver em uma família, e não apenas de sobreviver em uma instituição de acolhimento.

O procedimento da adoção cumulada segue as seguintes etapas: uma petição inicial dirigida ao Juiz da Vara de Infância e Juventude; suspensão do poder familiar, ficando a criança ou adolescente confiado à pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade; citação dos pais biológicos; contestação dos pais biológicos; manifestação do Ministério Público; apresentação do laudo técnico; audiência; depoimentos pessoais dos adotantes, dos pais biológicos e do adotando, bem como depoimentos dos peritos e das testemunhas; debates

orais dos adotantes, dos pais biológicos ou representantes legais e o Promotor de Justiça; sentença; recursos e o cancelamento do registro de nascimento original, confecção de novo registro de nascimento.

3.4 Aconchego: Grupo de Apoio à Convivência Familiar e Comunitária

O Aconchego é uma entidade civil sem fins lucrativos, fundada em Brasília em dezembro de 1997, com atuação em todo o Brasil, filiado à Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção – ANGAAD. Neste mesmo ano, a instituição Aconchego deixou de ser o “Projeto Aconchego” para firmar-se como organização.

Esta possui como missão promover ações e *tecnologias sociais* transformadoras em prol da *convivência familiar e comunitária* de crianças e adolescentes em acolhimento institucional e como visão, ser referência no desenvolvimento destas *tecnologias sociais*. Essas tecnologias são consideradas uma metodologia a favor da convivência familiar e comunitária.

O Aconchego desenvolve nove programas: Apadrinhamento afetivo; projeto irmão mais velho; unir para cuidar; novos vínculos; adoção tardia; programas de capacitação; caminhos para adoção; programa encontros sobre adoção e exposição famílias aconchegantes.

O Apadrinhamento afetivo visa à estruturação da rede de apoio afetivo, social e comunitário no Distrito Federal que permita às crianças e adolescentes residentes em serviços de acolhimento, e com poucas chances de adoção e reintegração familiar, construir e estabelecer laços afetivos com padrinhos, madrinhas e vínculos comunitários.

O desenvolvimento do *apadrinhamento efetivo* teve início em 2002, movido pela iniciativa de voluntários com diversas experiências de vida e formações profissionais. O programa funciona por meio da efetivação de parcerias com a sociedade civil e instituições atuantes no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD).

Podem participar pessoas com idade mínima de 21 anos; que participem das reuniões de preparação e acompanhamento; escolham a categoria de apadrinhamento desejada (mentor,

provedor e servidor); realizem a busca ativa do (a) afilhado (a); não possuam demanda judicial envolvendo criança e adolescente e não integrem o Cadastro Nacional de Adoção.

A atual metodologia, usada pelo apadrinhamento afetivo, tem por base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei 12.010/2009, o Plano Nacional e Distrital de Convivência Familiar e Comunitária, as Orientações Técnicas estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a Resolução nº 71/2011 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e os pressupostos da Teoria das Redes Sociais e da Política da Amizade.

O projeto irmão mais velho configura a percepção do Aconchego da necessidade de um trabalho com adolescentes e jovens do Ensino Médio de escolas privadas, com ações voltadas para a responsabilidade social, direcionada a crianças e adolescentes acolhidos em instituições do Distrito Federal, visando à construção de redes sociais, a convivência comunitária, a educação e a cultura.

Por meio de encontros, passeios, palestras, debates e visitas institucionais, esclarece sobre a medida protetiva do ECA e coloca os jovens em contato com a realidade das crianças e adolescentes acolhidos em instituições do Distrito Federal.

O projeto social “Fortalecimento da Rede de Apoio à Adoção e Convivência Familiar e Comunitária” – Unir para Cuidar pretende construir um pacto social que satisfaça o direito à convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional no país, por meio de discussões técnicas sobre convivência familiar e comunitária nas possibilidades de reintegração familiar, adoção e apadrinhamento, incluindo a preparação dos técnicos do Sistema de Garantia de Direitos para as mais variadas hipóteses de abandono e reintegração familiar.

A integração do movimento da convivência familiar e comunitária permitirá a implantação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de ações de políticas públicas destinadas a tratar toda situação de afastamento familiar como excepcional e provisória, e investir, no caso em tela, para o retorno das crianças e adolescentes ao convívio com a família de origem e, se esgotada essa possibilidade, o encaminhamento para família substituta.

Novos Vínculos é um projeto do Aconchego - Convivência Familiar e Comunitária em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e o Conselho

Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Seu objetivo é disseminar práticas que contribuam para o sucesso da adoção legal e do apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional com remotas ou nulas possibilidades de retorno ao convívio familiar. O projeto vale-se da capacitação e o acompanhamento de 200 profissionais envolvidos com a temática da Convivência Familiar e Comunitária de 10 estados brasileiros. Suas atividades serão realizadas no período de fevereiro de 2012 a janeiro de 2014.

O programa Adoção Tardia, efetivado em 2007, visa dar apoio técnico e suporte psicológico às famílias que estão em estágio de convivência ou já tenham concluído o processo de adoção tardia. O trabalho é com enfoque psicosocial-afetivo para os pais e para as crianças e adolescentes. Dirigidos por profissionais nas áreas de psicologia, assistência social e arte terapeutas. No entanto, recentemente o grupo não conta mais com a participação de assistentes sociais. Os grupos são restritos e os temas dos encontros são trabalhados conforme a demanda destes. Já passaram pelos grupos mais de 300 pais/mães.

O Programa de Capacitação configura a percepção do Aconchego da necessidade de compartilhar com profissionais que compõem a rede do sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes do Brasil, as metodologias de seus programas que foram sendo construídas durante seus 15 anos de trabalho e aplicada diretamente com o público alvo com práticas voltadas para Convivência Familiar e Comunitária nos seguintes temas:

- Preparação de famílias para adoção;
- Preparação de crianças e adolescentes para adoção;
- Acompanhamento de pais, crianças e adolescentes pós-adoção; Apadrinhamento;
- Convivência comunitária - Irmão Mais Velho;

Podem participar instituições que desejam promover a capacitação dos profissionais da rede de sistema de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes em suas cidades, ou seja, Varas da Infância e Juventude, Promotorias da Infância e Juventude, instituições de acolhimento, prefeituras, Secretarias, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil e de interesse público.

As atividades são realizadas por meio de oficinas priorizando o trabalho em grupo. As capacitações para disseminar as práticas dos programas valem-se dos conhecimentos das psicologias: psicodrama, sociodrama, teoria das redes sociais e tecnologia da educação à distância.

O projeto caminhos para adoção estruturou-se a partir de três focos:

- A Preparação de famílias para adoção;
- o Apoio e o Acompanhamento de famílias no antes, durante e depois da adoção, de crianças maiores de 3 anos de idade [Adoção Tardia];
- a capacitação de profissionais para a preparação de crianças e de adolescentes para a adoção.

Como resultado, foram capacitados 201 pretendentes à adoção. Uma média de 20 pessoas frequentaram, mensalmente, os grupos de Adoção Tardia, e cerca de 84 profissionais da Rede de Atendimento e Proteção à Criança e ao Adolescente fizeram o curso de Capacitação para Profissionais.

O resultado mais positivo do projeto foi a não ocorrência de devolução de crianças e adolescentes em processos de guarda, com as famílias que participaram das atividades no período da execução do projeto, fato que vinha acontecendo com certa frequência. Mesmo após a execução do projeto, o Aconchego permaneceu acompanhando essas famílias, e, até o momento, não se conhece nenhum caso de devolução dentro daquelas famílias que foram preparadas para a adoção durante o projeto.

O programa encontros sobre adoção, realizado desde 1997, trata-se de um sequencial de palestras públicas com o objetivo de apresentar e discutir temas relacionados à convivência familiar e comunitária, propor a reflexão e a troca de experiências sobre adoção para construção do vínculo de filiação. Também tem o objetivo de divulgar a temática da adoção, desmistificando mitos e preconceitos, propondo uma nova cultura da adoção. Para este momento, são convidados como palestrantes: acadêmicos, juristas, psicólogos e outros especialistas no tema, bem como pretendentes e pais e/ou mães que já adotaram seus filhos. No período de 2000 a 2012 foram realizadas 288 horas de palestras e cerca de 2.800 pessoas participaram desse espaço de aprendizagem e troca.

3.5 Desresponsabilização do Estado e o Terceiro Setor

Na década de 80, enquanto o mundo vivenciava o avanço do neoliberalismo, o Brasil experimentava o pacto social democrático explicitado pela Constituição Federal de 1988. A experiência de uma redemocratização brasileira fazia com que se criassem obstáculos para ideias neoliberais. Todavia, ao passar dos anos, começaram os ataques às conquistas sociais e trabalhistas estabelecidas pela constituição. De acordo com Netto (1999), levar à diante o pacto social instituído com a Constituição de 1988 equivalia, no plano econômico, à redução das taxas de exploração e, no plano político, à construção de mecanismos democráticos de controle social.

Diante disso na virada dos anos 1990, as bases dos ideais neoliberais foram fincadas com a justificativa de que o Brasil necessitava retomar o seu crescimento econômico, se inserir na economia internacional e redefinir o papel do Estado (MOTA, 1995).

Com o advento do Neoliberalismo, o Brasil deixou de lado as suas conquistas democráticas e passou a inserir a economia em uma ordem globalizada, a privatizar os serviços e políticas ofertados pelo Estado, a reduzir os gastos sociais, desenvolver políticas econômicas com impactos negativos sobre as condições estruturais da produção e do mercado de trabalho.

Nesse contexto, alteram-se as relações Estado x Sociedade e Capital x Trabalho. O Estado perde o seu papel de articulador e regulador do desenvolvimento econômico e social e passa esta função para o mercado como regulador das relações sociais. Na esfera social observou-se a consequente redução da atuação do Estado, comprometendo de forma direta as políticas sociais.

Com essa redefinição do papel do Estado, este transfere as suas prestações dos serviços sociais para a sociedade civil, por meio do discurso ideológico da autonomia, solidariedade, parceria e democracia. É vivenciado neste momento a desresponsabilização do Estado e do Capital com as consequências da questão social. Além disso, essa transferência propicia a ampliação de práticas voluntaristas e a fragmentação de direitos sociais. Ao lado da

ampliação desses programas sociais de caráter assistencialista, prevalece a tendência à privatização nas áreas da saúde, educação e previdência.

Diante deste cenário, o terceiro setor ganha força e expansão. Este é considerado um espaço situado ao lado do Estado e do Mercado no qual são incluídas entidades como ONGs, fundações empresariais, instituições filantrópicas e atividades do voluntariado. O terceiro setor configura-se, formado de atividades privadas, situadas na sociedade civil, mas que o Estado reconhece ou declara serem de interesse público (FERNANDEZ, 1994).

Em suma, a supervalorização do chamado terceiro setor tem sua hegemonia nas tendências de despolitização da questão social. Remete o enfrentamento desta ao âmbito privado, à sociedade civil, identificada pelo conjunto de organizações privadas. Desta forma, nota-se um profundo deslocamento quanto aos direitos sociais agora mascarados em direito moral, sob os princípios abstratos da ajuda mútua e solidariedade.

3.6 Análise da instituição Aconchego no processo de adoção no DF

A acolhida configura-se como uma instituição de referência no desenvolvimento de práticas a favor da garantia dos direitos à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes no Distrito Federal e, principalmente, a respeito da adoção. Esta é considerada como uma organização não governamental sem fins lucrativos, mas possui parcerias com órgãos públicos, como o Ministério Público, Vara da Infância e da Juventude, entre outros.

Esta é considerada como um braço do Estado ao desenvolver parcerias e vínculos com este no desenvolvimento do processo da adoção.

Em 2006, a acolhida fez uma parceria com a Vara da Infância e da Juventude com apoio da Secretaria dos Direitos Humanos. Essa passaria a prestar a preparação das famílias postulantes para adoção. Nestes encontros eram abordados os seguintes temas: aspectos legais da adoção; as etapas da adoção; expectativas e motivações para adoção; mitos e preconceitos; a construção da filiação adotiva; adoções possíveis, como a adoção tardia, inter-racial, de crianças com deficiência e a origem da criança ou adolescente e sua nova configuração familiar.

Além deste programa, a acolhida possui o programa Adoção Tardia, que como exposto mais acima, destina-se a pessoas que já fizeram uma adoção tardia. Estes são

encaminhados formal ou informalmente pelos operadores da Justiça, Ministério Público e Vara da Infância e Juventude, ou ingressam no grupo por demanda espontânea.

Nota-se que a aconchego tomou essa proporção devido ao espaço deixado em vazio pelo Estado. Este passa as suas funções sociais para a mão das Ong's, o que acaba despolitizando a questão social e fragmentando os direitos sociais, pois cada ONG defende uma causa e não analisa a totalidade referente às expressões da questão social.

De acordo com Montañó (2002), o desenvolvimento do chamado terceiro setor provém das alterações nas formas de respostas às sequelas da questão social. Esse significa uma alteração no padrão de resposta à questão social, representando a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e autorresponsabilização do cidadão para essa função.

No entanto, essa parceria em relação a preparação da família para adoção durou até o ano de 2011, de 2012 em diante a Vara da Infância e Juventude e sua equipe psicossocial passou a realizar a preparação de pretendentes a adoção e a avaliação psicossocial dos pretendentes, avaliação esta necessária para verificar se os candidatos à adoção oferecem um ambiente saudável e favorável à criança. Esses utilizam da justificativa que desta forma a equipe da 1ª VIJ conhecerá as famílias desde o início do processo de acolhimento, o que irá acelerar o procedimento e aumentar a produtividade do trabalho.

Neste momento, contraditório ao exposto a cima, há o retorno da responsabilização do Estado em relação a preparação das famílias. Um fator que deve ser analisado com respaldos, pois este somente retorna para si a preparação destas famílias e não o trabalho desenvolvido em relação a adoção tardia.

Adoção esta que necessita dá atenção de todos os órgãos públicos e não somente das organizações não governamentais.

Considerações Finais

O estudo mostrou que são necessárias mais intervenções por parte do poder público na garantia dos direitos à convivência familiar e comunitária de crianças institucionalizadas. A recorrente dificuldade dos atores sociais envolvidos com o processo de adoção em lidar com a destituição do poder familiar e a colocação destes em família substituta, mostra a falta de investimento estatal em capacitação de recursos humanos e campanhas de cunho educativo, que tenham como objetivo informar aos profissionais e à população a importância da adoção. A ausência de programas e projetos que demonstrem a realidade das crianças institucionalizadas e o que é a adoção para a sociedade também pode ser considerada um fator que leva o reabandono destes posteriormente.

Outro aspecto que foi possível notar, foi que por detrás desse abandono, existem outros problemas como a miséria social e o apoio sócio educativo que não são resolvidos através da institucionalização.

A conscientização em relação à adoção de crianças e adolescentes institucionalizados não foi compreendida como uma função do judiciário, mas uma ação que pode ser desenvolvida por qualquer profissional, desde que capacitado. Essa constatação é relevante, pois valoriza a multidisciplinaridade, levando em conta os aspectos culturais e sociais. Nesse sentido, a interpretação do ser humano sob a sua totalidade.

Portanto, é possível afirmar que o presente estudo atendeu o seu objetivo inicial, que era compreender o processo de adoção em Brasília e os atores sociais envolvidos. Percebe-se que são necessárias novas pesquisas que visem subsidiar a elaboração de novas iniciativas por parte do poder público para a garantia do direito à convivência familiar e comunitária dessas crianças e adolescentes. Também são necessários novos estudos sobre a prática profissional de assistentes sociais no contexto da adoção, visto que existe uma lacuna na literatura sobre esta temática.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, M; CASTRO, G. M.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F. S.; MARTINELLI, C.C. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília: UNESCO/ BID, 2002.
- ABREU, Domingos. **No bico da cegonha:** histórias de adoção nacional e internacional no Brasil/ Domingos Abreu. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2002
- ALBERGARIA, Jason. **Adoção Plena/** Jason Albergaria. – Belo Horizonte: Del Rey, 1996.
- ALENCAR, Mônica. **O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas.** CFESS/ABEPSS, 2009.
- BRASIL, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.
- BECKER, Maria J. **A ruptura dos vínculos:** quando a tragédia acontece. In: Família brasileira: a base de tudo. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- BEVILÁQUA, Clóvis. **Em defesa do projeto de Código Civil brasileiro.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.
- CAMARGO, Mário Lázaro. **Adoção tardia:** mitos, medos e expectativas. Bauru: Edusc, 2006.
- CAMPOS, M.V. **Características da Fase de Estágio de Convivência na Adoção Tardia.** In: GALVÃO, I.; ROQUE,E. (Coord.). Aplicação da Lei em uma Perspectiva Interprofissional: Direito, Psicologia, Psiquiatria, Serviço Social e Ciências Sociais na Prática Jurisdicional. Rio de janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.
- CHAVES, Antônio. **Adoção e legitimação adotiva.** São Paulo: Revista dos Tribunais,1966.
- CASELLATO, G. (1998). Motivos relacionados a luto e fracasso que levam uma casal à adoção: uma possibilidade psicofilática. Páginas Brasileiras de Adoção. Disponível em 15/12/2002 em <http://lexxa.com.br/PBA/index.htm>
- CONANDA /IPEA.**O direito à convivência familiar e comunitária :** os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil / Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). Brasília, 2004.

- CRESWELL, J, W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto. 3ªed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CUNHA, Antonio Geraldo. **Dicionário Etimológico**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade/ Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 29.ed. Petrópolis, RJ: Vozes,2010. Disponível em: <http://www.amb.com.br/mudeumdestino/docs/pesquisa_adocao.pdf>.
- EBRAHIM, Surama Gusmão. **Adoção Tardia**: Altruísmo, Maturidade e Estabilidade Emocional. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2001, 14(1), pp. 73-80
- FÁVERO, Eunice Teresinha. **O Serviço Social no Sistema Sócio-Jurídico**: reflexões sobre fundamentos da ação profissional do espaço ocupacional sócio-jurídico, na direção a efetivação de direitos. Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2007.
- FERNANDEZ, Rubens César. **Privado, porém público** – O terceiro setor. São Paulo: Relume Dumará, 1994.
- FERREIRA, R.P. 2003. *Adoção tardia e adaptação à vida em família na perspectiva dos pais*. Recife, PE.Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica– UNICAP, 168 p.
- FONSECA, Cláudia. **Caminhos da Adoção**. 2. Ed. São Paulo:2002.
- FRANÇA, Rubens Limongi. **Instituições de Direito Civil**. S.Paulo: Saraiva,1988, p.351.
- GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. **Adoção:doutrina e prática**. Curitiba:Juruá, 2006.
- GUEIROZ, Dalva Azevedo.**Adoção consentida**: do desenraizamento social da família à prática de adoção aberta. São Paulo: Cortez, 2007.
- GUIMARÃES, E. **Escolas, galeras e narcotráfico**. Rio de Janeiro:UFRJ, 1998
- IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social no tempo de capital fetiche**. Tese apresentada para concurso de professor titular na FSS/UERJ. Rio de Janeiro, 2005.
- JORNAL CORREIO BRAZILIENSE (CORREIO BRAZILIENSE),Adoções caíram 32% de 2008 para 2009.Brasília, 09 de abril de 2010. Disponível em :http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/04/09/interna_cidadesdf184960/1ndex.shtml. Acesso em 10 de dez. de 2011
- LEVINZON, Gina Khafif. Adoção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004 .Percepção da População Brasileira sobre Adoção. Brasília-DF 2008
- MONTAÑO, Carlos. **Das “lógicas do estado” as “lógicas da sociedade civil”**: Estado e “terceiro setor” em questão. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez,n.61,1999.

- MOTTA MAP. *Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção*. São Paulo: Cortez; 2001.
- NETTO, José Paulo. *FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- PEREIRA JMF, Costa LF. **Os desafios na garantia do direito á convivência familiar**. *Ver. Bras. Cresc.Desenv. Hum* 2005; 15(1): 19-31.
- RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil, Direito de Família**. S.Paulo: Saraiva, 1993,v.6, p.344.
- ROLIM M. Projeto de Lei. Câmara Federal. Brasília(DF); 2002.
- SANTOS, Lucinete Silva. Adoção no Brasil: desvelando mitos e preconceitos. In: *Serviço Social e Sociedade “Descentralização Cidadania Participação”*, São Paulo: Cortez, ano XVIII, n. 54, jun. 1997.
- SERRA, Rose M. S. **Crise de materialidade no Serviço Social**: repercussões no mercado profissional. São Paulo: Cortez, 2000.
- SILVA FILHO, Artur Marques da. **O regime jurídico da adoção estatutária**/ Artur Marques da Silva Filho. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997
- SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social** – 5.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice.
- VARGAS, M. M. & Weber, L. N. D. (1996). Um estudo das publicações científicas internacionais sobre adoção. Em *Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.)*, Resumos de comunicações científicas, XXVI Reunião Anual de Psicologia (p. 118). Ribeirão Preto: SBP
- WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. **Os filhos de ninguém**: Abandono e institucionalização de crianças no Brasil. Artigo publicado na Revista CONJUNTURA SOCIAL (Rio de Janeiro), julho 2000, No. 4, p. 30-36.
- WEBER, L.N.D. (1995). **Da institucionalização à adoção**: um caminho possível? *Revista Igualdade – Ministério Público Paraná*, 9, 1-9.
- WEBER LND, KOSSOBUDZKI LHM. **Filhos da solidão**: institucionalização, abandono e adoção. Curitiba: Governo do Estado do Paraná; 1996.
- WEBER, Lídía Natalia D. Pensamentos sobre preconceitos, terceira idade, adoção outros que tais. In: ANDREI, Decebal C. (org.). *Reencontro com a esperança reflexões sobre a adoção e a família*. Londrina: do Autor, 1999.
- WEBER, L. N. D. (1999a). Aspectos psicológicos da adoção. Curitiba: Juruá.

